



**GOVERNO DA
GUINÉ-BISSAU**

**MINISTERIO DA ENERGIA
GABINETE DO MINISTRO**

DIREÇÃO GERAL DA ENERGIA

RELATÓRIO

**RETIRO DE REFLEXÃO ENTRE O MINISTÉRIO
DA ENERGIA E EAGB**



Foto Família

Data: 18-19 Fevereiro de 2025

Local: Canafistra, Bissalanca

Fevereiro

2025

NOTA DE AGRADECIMENTO

O Ministério da Energia da Guiné-Bissau expressa o seu mais profundo agradecimento a todos os participantes do Retiro de Reflexão entre o Ministério da Energia e a EAGB, realizado nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2025. Este encontro foi um marco essencial para o fortalecimento do setor energético em geral do nosso país, e o seu sucesso só foi possível graças ao empenho e à colaboração de todas as partes envolvidas.

Dirigimos um agradecimento especial ao Banco Mundial, pelo apoio financeiro para a realização deste evento, possibilitando um espaço de debate e troca de conhecimentos que contribuirá nas tomadas de decisões importantes.

Reconhecemos, igualmente, o trabalho exemplar e louvável da equipa do Ministério da Energia, em particular da coordenação da Direção dos Estudos, Projetos, Planeamento e Estatística e da Direção Administrativa e Financeira que estiveram na linha de frente da organização, garantindo que o retiro ocorresse com profissionalismo e eficiência. A ALER (Associação Lusófona de Energias Renováveis), através da sua representante Rita Marouço, merece o nosso profundo reconhecimento pela assistência técnica prestada ao longo de todo o processo.

Aos oradores, mestre da cerimônia e moderadores, nosso sincero agradecimento por partilharem os seus conhecimentos e experiências, enriquecendo as discussões e ajudando a traçar soluções concretas para os desafios do setor elétrico da Guiné-Bissau.

Agradecemos, ainda, à RELOP (Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa) e à EAGB, cuja participação ativa e contributos foram essenciais para o desenvolvimento das estratégias abordadas durante o retiro.

Por fim, queremos expressar a nossa gratidão a todas as pessoas individuais que contribuíram de forma valiosa para este evento, partilhando ideias, sugestões e experiências que certamente terão um impacto positivo no futuro do setor energético do nosso país.

O Ministério da Energia reafirma o seu compromisso em continuar a trabalhar para garantir um sistema elétrico mais eficiente, sustentável e acessível para todos os cidadãos da Guiné-Bissau.

Obrigado!

Índice

PARTE I: VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO DO RETIRO DE REFLEXÃO	4
Contexto e Justificativa.....	4
Objetivos do Retiro.....	5
Participantes	5
Principais Tópicos Abordados	6
Resultados Esperados	6
Parte II: SESSÕES DO RETIRO	7
Sessão de abertura.....	7
Visão Geral das Apresentações e Debates.....	8
I. Diagnóstico e análise da Situação Atual	9
II. Principais Problemas Identificados	18
III. Planos de Ação e Orçamento da EAGB.....	19
PRINCIPAIS RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES.....	20
PONTOS DE AÇÃO E DELIGÊNCIAS PÓS RETIRO	24
ENCERAMENTO DO RETIRO	24
ANEXOS: DOCUMENTOS DO RETIRO	26

PARTE I: VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO DO RETIRO DE REFLEXÃO

Contexto e Justificativa

Os desafios do setor energético na Guiné-Bissau, particularmente do setor elétrico, são refletidos, entre outros, na ausência de boa coordenação e má gestão institucional, na difícil situação técnica e financeira da Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB), e no baixo acesso a eletricidade, particularmente nas regiões. As consequências financeiras ainda do contrato oneroso assinado com a Karpower, o não pagamento da energia por certos clientes, roubo da eletricidade pelos consumidores e a inadimplência do Estado agravam a situação financeira da EAGB. Tendo em vista inverter esta situação, o Governo com apoio dos seus parceiros, nomeadamente Banco Mundial, BAD, BOAD, entre outros parceiros de desenvolvimento, tem vindo a implementar vários projetos, reformas estruturais e a diversificar a matriz energética, visando melhorar o acesso à eletricidade e modernizar as infraestruturas energéticas no nosso país.

Apesar desses esforços verificados, o setor elétrico guineense continuou e ainda continua a enfrentar enormes desafios, razão pela qual, o Ministério da Energia (ME), em colaboração com os seus parceiros, organizou um Retiro de Reflexão nos dias **18 a 19 de fevereiro de 2025**, em Canafistra, em Bissalanca. O evento visou proporcionar um espaço de discussão aprofundada das várias questões de gestão institucional e administrativas, técnicas e financeiras a nível do sector, com ênfase na atual situação da EAGB. Para além das questões técnicas e financeiras da EAGB, temas como processo de criação da entidade reguladora de eletricidade, diversificação do mix energético, os procedimentos técnicos relativos às instalações elétricas nas residências, desafios e perspetivas do sistema de abastecimento da água potável foram entre assuntos abordados. Este encontro serviu como uma plataforma para discussão e desenvolvimento de soluções práticas para melhorar a situação atual.

Objetivos do Retiro

O principal objetivo de retiro foi o de fortalecer a colaboração, discutir desafios e propor soluções para o setor elétrico da Guiné-Bissau, nomeadamente.

- Apresentar e discutir os diferentes aspetos técnicos da EAGB e a situação da eletricidade nas regiões do país: Visão geral do sistema elétrico, situação da rede, perdas e perspectivas para a sua melhoria, mix energético, situação dos recursos humanos e a necessidade de reforço institucional (EAGB e ME);
- Avaliar a situação atual financeira da EAGB: Análise dos principais estrangulamentos financeiros da EAGB e propostas de solução;
- Apresentar e debater sobre a situação do sistema regulatório e o processo da criação da entidade reguladora de eletricidade na Guiné-Bissau;
- Identificar regulamentos e diplomas, cujo o seu desenvolvimento é uma mais valia para o sector elétrico da Guiné-Bissau;
- Apresentar e debater guia/roteiro de orientação para os procedimentos de projetos de instalação elétrica e os critérios/normas técnicos;
- Fortalecer a colaboração entre o Ministério de Energia e a EAGB para melhorar a eficácia operacional e financeira da EAGB;
- Apresentar e discutir o Plano de Ação e orçamento da EAGB;
- Produzir um relatório de proposta de soluções e de melhoria institucional.

Participantes

O evento contou com a participação de representantes do Ministério da Energia (ME), da EAGB (Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau), do Banco Mundial (BM), UEMOA, PNUD, Associação Lusófona das Energias Renováveis (ALER), Associação de Reguladores de Energias dos Países de Língua Oficial Portuguesa (RELOP), ORABANK,

ACOBES, ECOPROGRESS, Unidades de Gestão dos Projetos de Energia, Delegados Regionais, Instituições do Estado e de outras entidades relevantes e pessoas individuais.

Principais Tópicos Abordados

Durante os dois dias de discussão, os seguintes temas foram abordados:

- Estratégia para o Setor de Energia Elétrica da Guiné-Bissau: Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento e Crescimento Económico e Social;
- Explorar o Presente e o Futuro do Sistema Elétrico Guineense;
- Situação da rede Elétrica Nacional: Perdas (técnicas e não-técnicas) e perspetivas, rumo a um sistema mais eficiente e sustentável;
- Mix Elétrico: Desafios e Oportunidades para uma matriz resiliente e sustentável;
- Status Quo da Situação da Eletricidade nas Regiões do País: Desafios e perspetivas;
- Apresentação da Situação Financeira da EAGB e da TBD, respectivamente;
- Recursos Humanos: Desafios e Perspectivas;
- Apresentação e Discussão do Plano de Ação e Orçamento da EAGB e o seu Plano de Expansão, respectivamente;
- Sistema Regulatório e Criação da Entidade Reguladora;
- Reflexão sobre os Procedimentos Administrativos e Técnicos das Instalações Elétricas: Desafios e Propostas de Soluções;
- Estágio, Desafios e Perspetivas do Sistema de Abastecimento da Água Potável.

Resultados Esperados

- Diagnóstico atualizado da situação técnica e financeira da EAGB e da eletricidade nas regiões;

- Diagnóstico atualizado da necessidade do reforço Institucional (ME, EAGB);
- Propostas de medidas para melhorar o funcionamento da EAGB;
- Proposta de um Roteiro/Plano de ação para a melhoria do sistema regulatório e da criação da entidade reguladora de eletricidade;
- Documento final de guia de orientação para procedimentos de instalações elétricas aprovado;
- Reforço da sinergia entre as partes envolvidas;
- Plano de Ação e Orçamento da EAGB melhorado e plano de expansão de EAGB apresentado;
- Produzido um relatório de proposta de soluções e de melhoria de práticas institucionais.

PARTE II: SESSÕES DO RETIRO



Sessão de abertura

A sessão de abertura contou com discursos do Ministro da Energia S.E. Dr. José C.V. Casimiro e do representante residente do Banco Mundial

na Guiné-Bissau, Sra. Rosa Brito. Ambos destacaram a importância do retiro para o desenvolvimento do setor elétrico na Guiné-Bissau.

O Ministro da Energia destacou a importância do Retiro de Reflexão para enfrentar os desafios do setor elétrico da Guiné-Bissau, com foco na situação crítica da EAGB. Ele ressaltou os principais problemas financeiros da empresa, incluindo déficits elevados, altos custos do contrato com a Karpower e inadimplência do Estado. O discurso enfatizou a urgência de soluções como o reforço da competência e do capital humano, a renegociação de contratos, a diversificação da matriz energética e a necessidade da implementação da política de pagamento universal, ou seja, todo mundo tem de pagar a energia elétrica consumida. O Ministro também agradeceu aos parceiros internacionais pelo apoio e reforçou a necessidade de um esforço conjunto para melhorar a gestão e sustentabilidade da EAGB. Por outro lado, a Representante Residente do Banco Mundial reiterou o compromisso da sua instituição para impulsionar o setor e destacou vários apoios financeiros que conta com projetos de infraestruturas de larga escala. Porém, foi reforçada a necessidade de uma abordagem inclusiva e integrada para modernizar as infraestruturas e fortalecer a sustentabilidade financeira da EAGB e do setor elétrico guineense. Por fim, a S.E. Ministro declarou a sessão aberta convidando todos os participantes a contribuir para o sucesso do evento.

Visão Geral das Apresentações e Debates

Durante o primeiro dia do Retiro, decisores do setor, para destacar, o Diretor Geral da EAGB, o Diretor da Eletricidade da EAGB e especialistas apresentaram estágios e análises detalhados sobre a situação da EAGB, e do sistema elétrico da Guiné-Bissau. Os debates foram organizados em painéis temáticos, permitindo a troca de experiências e a formulação de pontos de ações e recomendações para a melhoria da infraestrutura, sustentabilidade financeira e eficiência operacional. As apresentações forneceram um imagem clara que permite um diagnóstico profundo sobre a atual situação provocando um espaço de debate, na qual, enfatizaram a necessidade de diversificação da matriz energética, fortalecimento da regulação e aprimoramento da gestão da EAGB, além da necessidade de fortalecimento institucional tanto da EAGB assim como do Ministério da Energia.

O segundo dia foi dedicado ao aprofundamento das discussões sobre o sistema regulatório e a criação da entidade reguladora, bem como a apresentação dos planos de ação das direções da EAGB e sua estratégia de expansão. Além disso, abordou-se o guia dos procedimentos para instalações elétricas e de água, por forma a padronizar processos e garantir maior eficiência na distribuição dos serviços.

O primeiro dia foi marcado por intensas discussões sobre os principais desafios e oportunidades do setor elétrico na Guiné-Bissau. As propostas e recomendações obtidas orientarão nas tomadas de decisões, formulação de políticas informadas e a elaboração do plano de ação do setor.

I. Diagnóstico e análise da Situação Atual

Com base nas apresentações feitas, a Empresa de Água e Eletricidade da Guiné-Bissau (EAGB) continua a enfrentar desafios, mas também houve esforços de progresso nos últimos dois trimestres, finais de 2024 e início de 2025 para melhorar a eficiência e sustentabilidade do sistema elétrico.

Foram abordados os desafios e oportunidades do setor elétrico da Guiné-Bissau, destacando a necessidade de um plano estratégico para garantir o desenvolvimento sustentável e o crescimento económico. Os desafios como a limitada rede de distribuição, falta de investimentos, baixa capacidade técnica e tecnológica, falta de recursos humanos qualificados, e ausência de um plano estratégico de longo prazo, destacou o diretor geral da EAGB.

Entre as prioridades do plano de desenvolvimento da EAGB apresentado, estão a expansão da rede elétrica, o fortalecimento da produção de electricidade através de centrais de energia solar e/ou energia hidroelétrica, além da digitalização e modernização das redes de transmissão. Há quem considere que a expansão da empresa não deve ser apressada, considerando a situação atual e que a mesma exige uma reflexão profunda que prioriza competências para sementar o futuro do setor.

A discussão foi ainda mais longe e abordou-se a criação de uma regulamentação eficaz que garanta a atração de investidores e que possa combater e penalizar o furto de energia. Outro aspecto importante a ser considerado é o capital humano. A capacitação de profissionais é um dos pilares da estratégia, com ênfase na qualificação técnica e na gestão

eficiente da EAGB, por forma a transformá-la numa empresa sustentável e competitiva.

Em detalhes destaca-se a situação técnica e financeira, principais problemas e recomendações com base nas apresentações e discussões durante o retiro.

A. Aspectos Técnicos

Durante as apresentações destacaram-se as perdas globais na rede de distribuição que são um problema central, representando 12,3% da energia injetada em 2023 e 11,2% em 2024. Embora tenha havido uma ligeira melhoria, as perdas ainda são consideráveis. Estas perdas são divididas em: (i) Perdas Técnicas e (ii) Não Técnicas (Comerciais). Foi destacado também a situação das infraestruturas, na qual a EAGB opera com 3 subestações de 30/10 kV (Antula, Bra, Central). A rede de distribuição compreende:

- 19,5 km de linhas de Média Tensão (MT) 30 kV (5,1 km subterrâneos e 14,4 km aéreas);
- 136,9 km de linhas de Média Tensão (MT) 10 kV (77,9 km subterrâneos e 58,9 km aéreas);
- 344 km de linhas de Baixa Tensão (BT) 0,4 kV (43 km subterrâneos e 301 km aéreas).
- Possui 176 Postos de Transformação (140 públicos e 36 privados);
- A ponta máxima de consumo registada foi de 24 MW em 2023 e 26 MW em 2024, indicando um aumento na demanda;
- A EAGB tem um número considerável de contadores pré-pagos (82.795 em 2025) em comparação com os pós-pagos (19.300 em 2025), indicando uma estratégia para mitigar perdas não técnicas.

Apesar dos desafios a nível das infraestruturas existem boas perspectivas para o sistema elétrico da Guiné-Bissau, considerando os projetos em curso que visam a modernização e expansão da rede elétrica. O sistema conta com redes de transmissão de 225 kV da OMVG e redes de 30 kV e 10 kV geridas pela EAGB em Bissau. No entanto, a cobertura elétrica ainda é limitada, exigindo investimentos para aumentar a capacidade de distribuição e melhorar a eficiência operacional. Entre os projetos estratégicos apresentados, destacam-se:

- **Eletrificação de 14 localidades**, que vai permitir o acesso à energia em áreas remotas.
- **Projeto PRAE, SESAP** voltado para expansão das infraestruturas, reforço institucional, diversificação da matriz e modernização da rede.
- **Subestação de Saltinho (30 kV)**, essencial para fortalecer o sistema e reduzir instabilidades no transporte da energia elétrica na rede.

A nível das regiões, a situação da eletrificação é extremamente alarmante devido à falta de conexão entre as redes locais, ausência do Estado, em particular, o Ministério da Energia, má gestão, altas tarifas da eletricidade, e entre outros fatores. Cada região depende de sua própria fonte de geração de energia, com um operador particular, o que resulta em desigualdades no acesso e na qualidade do fornecimento elétrico. Algumas localidades possuem sistemas operacionais, enquanto outras enfrentam paralisações constantes, prejudicando o desenvolvimento económico e social.

Atualmente, a capacidade instalada de energia no interior do país é de **15,21 MW**, sendo **1,10 MW** provenientes de fontes renováveis e **14,11 MW** de fontes não renováveis, conforme destacado pelo diretor da eletrificação rural. No entanto, apenas **7,77 MW** estão ativos, evidenciando a necessidade de maior eficiência na gestão e manutenção da infraestrutura elétrica. Os principais desafios incluem falta de profissionais qualificados, ausência de regulamentação, influência política na gestão do setor, altos custos da eletricidade e dificuldades no acompanhamento institucional e técnico.

Por parte, dos desafios técnicos e administrativos na elaboração e aprovação dos projetos da instalação elétrica, a Direção dos Serviços de Estudos, Projetos, Planificação e Estatística (DEPPE), elaborou uma proposta para a criação de um **Guia de Procedimentos para Projetos de Instalação Elétrica**. O objetivo é estabelecer normas e diretrizes que garantam qualidade técnica, segurança e conformidade regulatória nas instalações elétricas do país.

A proposta justifica-se pelos desafios enfrentados no setor elétrico, como a falta de padronização, insuficiente regulamentação e impactos

socioeconómicos negativos. O guia pretende definir processos administrativos e técnicos, desde a certificação de profissionais até a fiscalização dos projetos.

A estrutura do guia inclui:

- **Categorização dos projetos elétricos** (predial, industrial e comercial);
- **Critérios e normas de instalação;**
- **Procedimentos administrativos e técnicos**, como submissão de pedidos, avaliação e aprovação dos projetos;
- **Fiscalização e auditoria energética**, incluindo custos de vistoria e aprovação.

B. Aspectos Financeiros

A problemática financeira da EAGB foi um tema em destaque, na qual, foi apresentada e discutida as principais razões que influenciam o má desempenho da empresa. Destacou-se altos custos operacionais, excesso do pessoal, influência da político-partidária, falta de critérios no recrutamento do pessoal, ausência de um quadro de valorização da competência, à dependência de fornecedores externos de energia e entre outras razões apresentadas durante o debate.

A análise das demonstrações financeiras de 2024 e as projeções para 2025 indicam uma pressão crescente sobre a sustentabilidade da empresa, com despesas substanciais relacionadas a contratos com empresas como KARPOWER e EDG. Além dos elevados custos, observa-se uma grande variação nos gastos mensais com fornecedores, dificultando a previsibilidade orçamentária e a negociação de condições mais favoráveis. Esse cenário contribui para um possível déficit financeiro, uma vez que as receitas podem não ser suficientes para cobrir todas as despesas operacionais. Outro ponto crítico é a falta de autonomia na geração de energia, que torna a EAGB vulnerável a flutuações de mercado e contratos desfavoráveis.

Apesar desses desafios acima citadas, vale realçar que a direção geral da EAGB reforçou algumas ações no sentido de virar os resultados. Nomeadamente: diminuição do número de pessoas nas agências, contrato com OMGV e rescisão do contrato com a Karpower, formação

dos quadros, etc. Estas acções perspectivam um bom futuro quando em Janeiro de 2025, já existiu um superavit mensal comparado com o déficit de anos anteriores. É necessário continuar a desenvolver e aplicar estratégias que permitam que a EAGB dê a volta aos seus resultados financeiros e possa investir em melhores condições para retenção do pessoal e investir em novos sistemas quer de distribuição de energia eléctrica quer de água.

Seria também importante estabelecer um procedimento que aumentasse a independência tanto financeira, assim como de decisões administrativas da EAGB para certas acções de escala menor como: obras de manutenção/reparações mais pequenas para que não estejam dependentes de um processo burocrático e que cria ineficiências nesses trabalhos e diminui a confiança da população na EAGB.

Portanto, investimentos em soluções energéticas que garantam não só a segurança, mas assim a **soberania energética** poderiam mitigar esse problema, garantindo maior estabilidade e redução de custos, conforme acordado durante o retiro.

Destacam-se alguns indicadores apresentados durante o retiro:

- A energia vendida e faturada aumentou de 139,2 GWh em 2023 para 143,3 GWh em 2024;
- Energia Injetada: A energia injetada na rede de distribuição também aumentou, de 158,7 GWh em 2023 para 161,5 GWh em 2024;
- Perdas Globais: As perdas globais diminuíram ligeiramente de 19,5 GWh em 2023 para 18,2 GWh em 2024.

C. Recursos Humanos

O Departamento de Recursos Humanos (RH) da EAGB apresentou o tema '*Desafios e Perspectivas dos Recursos Humanos*'. O diretor destacou a missão do seu departamento que visa assegurar a gestão administrativa dos recursos humanos, promovendo o rigor no registo de dados, tratamento da informação e comunicação com os empregados, em conformidade com as boas práticas de gestão, conforme a legislação da Guiné-Bissau e as regras definidas para a EAGB.

- **Estrutura do RH**

Em janeiro de 2025, o quadro geral de pessoal da EAGB era composto por 474 funcionários, sendo 89 mulheres (19%) e 385 homens (81%). A maioria dos funcionários está na faixa etária de 31 a 50 anos. A distribuição do pessoal ativo por direção mostra uma predominância na área de Eletricidade e Comercial, também dominada pelo sexo masculino.

- **Desenvolvimento de RH**

A EAGB investiu em diversos programas de formação e capacitação de pessoal em 2023 e 2024, com o suporte financeiro de projetos como PUASEE (Projeto de Urgência para a Melhoria da Qualidade dos Serviços de Eletricidade e Água) e PDSDE (Projeto de Melhoria do Sistema de Distribuição de Energia). As formações abrangeram áreas como gestão, eletricidade, informática e atendimento ao cliente.

- **Desafios e Perspectivas**

Os principais desafios e perspectivas para o RH da EAGB incluem:

- Implementação de um plano de carreira ajustado à natureza da empresa.
- Adoção de um sistema de gestão de desempenho.
- Recrutamento de pessoal através de concurso público, com ênfase na renovação do quadro de pessoal.
- Retenção de técnicos qualificados.
- Investimento contínuo em formação e capacitação de pessoal.

A ausência de política de incentivos da retenção de quadros guineense acaba por agudizar a fuga do capital humano em busca de melhores condições de serviços e da vida. Esta prática conduz a escassez de profissionais qualificados na área, deixando uma lacuna para a boa gestão e no cumprimento do papel do estado. Isso compromete a eficiência operacional e a implementação de soluções sustentáveis. A falta de programas de capacitação e o limitado acesso à educação técnica especializada dificultam a formação de novos talentos,

aumentando a dependência de mão de obra estrangeira. Investimentos em qualificação e a criação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do setor são essenciais para garantir a sustentabilidade e a modernização do sistema elétrico do país.

D. Diagnóstico do Sistema de Águas da Guiné-Bissau (SAA)

Atualmente, o SAA é composto por 8 subsistemas alimentados por 17 furos com profundidades entre 160 e 275 metros, com previsão de expansão com mais 5 furos em breve. O sistema funciona através da captação em furos, elevação para torres de pressão e distribuição por gravidade.

Apesar da estrutura existente, o SAA enfrenta diversos problemas. Muitos furos operam com capacidade insuficiente para atender à demanda atual, além de necessitarem de limpeza e manutenção devido ao acúmulo de areia. As bombas instaladas também apresentam capacidades inferiores às necessidades, e as instalações elétricas são consideradas deficientes, com proteções ineficientes. A inexistência de reservatórios de reserva, a frequente avaria de medidores de caudal devido à presença de areia, a falta de redes de distribuição nas áreas periféricas de Bissau e em diversas ruas também são desafios significativos.

Além dos problemas de infraestrutura, a EAGB enfrenta outros obstáculos, como a baixa qualificação e a idade avançada dos colaboradores, um número insuficiente de funcionários para cobrir os turnos (associado ao não pagamento de horas extras), diferenças nas regalias entre os colaboradores de diferentes áreas (gerando descontentamento), a falta de materiais, acessórios e ferramentas para manutenção e reparação, a ausência de viaturas para as equipes de trabalho, a falta de hipoclorito de sódio para a desinfecção da água e dificuldades de comunicação devido à falta de internet e de crédito nos telefones dos colaboradores operacionais.

Apesar dos desafios, a EAGB tem realizado trabalhos de rotina diários, como medições de tensão, amperagem e avaliação do estado de conservação das infraestruturas. A empresa também executa manutenções corretivas, que são consideradas de alto custo, em eletrobombas, quadros elétricos e geradores, além de realizar manobras para distribuição por zonas, reabilitação e substituição de redes e ramais, pequenas extensões e acompanhamento de obras.

Para superar os desafios e melhorar o SAA, a EAGB propõe um plano de ação focado na melhoria da operação e manutenção, com ênfase na manutenção preventiva (visitas e inspeções periódicas, reparos preventivos e revisões recomendadas pelos fabricantes) e no controle de qualidade da água, visando garantir a proteção sanitária da água fornecida aos consumidores. Isso inclui a desinfecção da água, a elaboração de um Plano de Controle de Qualidade da Água (PCQA), a formação e capacitação dos trabalhadores e o monitoramento constante do tratamento e da qualidade da água. A EAGB também planeja implementar um Sistema de Informação Geográfica (SIG) para a gestão de ativos, visando otimizar o uso da infraestrutura existente, eliminar lacunas tecnológicas e de processos e responder às necessidades de todas as áreas de negócio.

As propostas de melhoria incluem, o reforço da capacitação dos colaboradores, a aquisição de materiais e acessórios para reparação e manutenção, o fornecimento de equipamentos de trabalho adequados e a sensibilização dos trabalhadores para um maior empenho. A EAGB também pretende melhorar a coordenação entre as áreas da empresa para garantir a aquisição de materiais e equipamentos, emitir ordens de trabalho e seus registos e construir novas infraestruturas, como furos, depósitos e redes de distribuição.

Com base destas propostas de soluções foram mencionadas tecnologias como instalação de painéis solares para alimentar as bombas de água em vez de geradores a diesel, por forma a diminuir os custos associados

com a electricidade necessária para alimentar essas bombas. Além disso, os painéis podem sempre funcionar mesmo que a rede elétrica esteja em baixo.

No entanto, para sua viabilidade, é preciso a mobilização dos investimentos dividida em duas fases para a sua implementação. A Fase 1 prioriza o reforço da produção e distribuição em bairros como Centro de Cidade, Bandim, Quartel General e Djahal, com um custo total estimado em **11.435.000.000** CFA. A Fase 2 foca na expansão da produção e distribuição em áreas como Djoló, Ndamé Tété e Gardete, com um custo total de **20.025.000.000** CFA.

E. Sistema regulatório e criação da entidade reguladora

Durante os dois dias, os participantes reconheceram a necessidade de um sistema legislativo e regulatório robusto que possa proporcionar um ambiente propício e atrativo ao investimento.

A RELOP (Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa) apresentou diversos aspectos cruciais para o desenvolvimento e aprimoramento do setor, desde a importância da regulação até os desafios enfrentados. A RELOP que tem como missão promover a cooperação e a partilha de experiências entre os reguladores de energia dos países lusófonos foi crucial ao proporcionar informações que vão contribuir para a elaboração e criação de um sistema regulatório no país. Um dos pontos centrais da discussão foi a importância da regulação no setor energético.

Na sua apresentação, a secretária executiva da RELOP, indicou que uma regulação bem estruturada, conforme apontado pela OCDE, pode promover a concorrência, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade das políticas públicas. A adesão a padrões internacionais de regulação é fundamental para atrair investimentos e financiamentos, especialmente em países em desenvolvimento.

A apresentação também destacou os princípios fundamentais que devem nortear a atuação do regulador, a saber: independência, transparência, responsabilização e previsibilidade. Esses princípios são essenciais para garantir a estabilidade, a confiança e o desenvolvimento sustentável do setor energético.

Por outro lado, o assessor jurídico do Ministro da Energia, disse que a imposição da criação de uma Autoridade Reguladora da Eletricidade deriva tanto de obrigações legais nacionais quanto regionais. No âmbito nacional, o Art. 5 do Decreto Lei nº 2/2007 já previa a criação da entidade reguladora do setor elétrico. No âmbito regional, a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) recomendou a criação de autoridades nacionais de regulação da eletricidade, servindo como estruturas de ligação à Autoridade de Regulação Regional da Eletricidade da CEDEAO (ARREC).

A criação da Autoridade de Regulação do Setor da Eletricidade é essencial para construir um mercado de eletricidade forte e concorrencial, atraindo investimentos público-privados. Além disso, busca a levar eletricidade de qualidade e a preços acessíveis às comunidades. Suas atribuições incluem facilitar o desenvolvimento racional da oferta de energia elétrica, assegurar o equilíbrio económico e financeiro do setor, promover a concorrência e a participação do setor privado, verificar a viabilidade financeira das empresas, defender os interesses dos produtores e consumidores, apoiar o governo na política energética, controlar o desempenho dos operadores, e arbitrar conflitos.

Muitos dos participantes defenderam a necessidade de criação de uma comissão Ad-HOC para evitar erros do passado. A criação de uma entidade reguladora deve ser feita na base de um processo inclusivo e integrada que convida todos os atores e partes interessadas para uma contribuição reflexiva que vai ao encontro da realidade e do contexto da Guiné-Bissau.

II. Principais Problemas Identificados

- Déficit mensal de tesouraria da EAGB: 1,3 bilhoes de FCFA;
- Custos elevados do contrato com a Karpower;
- Alto serviço da dívida decorrente de empréstimos bancários contraídos;
- Inadimplência do Estado e grandes clientes;
- Isenções de pagamento de energia para certos funcionários públicos.
- Rede limitada a Bissau, dificultando a eletrificação nacional;
- Falta de uma estratégia estável de longo prazo;

- Baixo financiamento, dificultando investimentos em infraestrutura;
- Elevadas Perdas técnicas e comerciais;
- Infraestrutura Envelhecida;
- Falta de acompanhamento, monitorização e fiscalização por parte do Ministério da Energia;
- Roubo de Energia
- Ausência de uma política de retenção dos quadros e planos de desenvolvimento de carreira;
- Sistema de Iluminação Deficiente;
- Falta de poder de decisão(de parte de quem ???????);
- Falta de um sistema de informação e de banco de dados estruturado;
- Interferência da politica partidária na gestão institucional da EAGB;
- Má qualidade de prestação de serviços, incluindo morosidade no processo de obtenção de contratos.

III. Planos de Ação e Orçamento da EAGB

Com base nos documentos, aqui resume-se os planos de ação apresentados (**mais detalhes ver os planos em anexo**):

- Plano de Ação e Orçamento 2025 (Geral):
 - Expansão territorial e tecnológica;
 - Foco em energias renováveis;
 - Reestruturação financeira;
 - Planos de ação setoriais por Direção;
 - Aumentar a quantidade e qualidade dos serviços;
 - Tornar a empresa rentável.
- Plano de Ação da Direção Comercial:
 - Plano de localização dos consumidores (implementar tecnologia de geo-localização);

- Plano de melhoria da gestão de dados (conectar componentes da ERP);
- Plano de organização do trabalho (atualização de procedimentos, digitalização de documentos);
- Plano de crescimento do número de clientes (adaptar as redes às necessidades, expansão no interior do país);
- Plano de gestão da dívida (limpar bases de dados);
- Plano de aumento de receitas (expandir a oferta de serviços);
- Plano de substituição de contadores.
- Plano de Ação da Direção de Água:
 - Melhoria de Operação e Manutenção dos sistemas (O&M);
 - Manutenção preventiva e curativa;
 - Controlo de qualidade da água (desinfeção, elaboração de PCQA);
 - Formulação e adequação da Gestão de Ativos;
 - Formulação de diretrizes para uma gestão mais eficaz na distribuição de água e energia.

Principais Resultados e Recomendações

A reforma do setor energético da Guiné-Bissau tem sido um desafio contínuo, marcado por dificuldades técnicas e financeiras enfrentadas pela Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB). O Retiro de Reflexão entre o Ministério da Energia e a EAGB, realizado em fevereiro de 2025, representou um marco importante na busca de soluções para modernizar o sistema elétrico e fortalecer a gestão institucional.

Entre os principais resultados, destaca-se o diagnóstico concebido da situação financeira e operacional da EAGB, que destacou altos custos de exploração, excesso de funcionários, perdas comerciais e técnicas significativas e a inadimplência de consumidores e entidades públicas.

Como resposta, foram estabelecidas estratégias para otimizar a arrecadação de receitas, incluindo a ampliação do sistema de contadores pré-pagos, a recuperação de clientes inadimplentes, redução do pessoal da EAGB, respectivamente que serão colocados nas agências do interior, criação do plano de carreira, redução da influência política, reforço a transparência no processo de recrutamento de pessoal e a busca por novos investimentos para reduzir a dependência de contratos onerosos, como o da Karpower.

Em relação à situação de energia elétrica no interior, os delegados regionais urgem o estado, através do Ministério da Energia a reforçar as suas capacidades, na qual, demonstraram-se o compromisso de atenuar os problemas vigentes caso forem criadas condições e fornecimento de combustíveis para os geradores. Referindo-se que não se compreende o não funcionamento dos novos geradores em detrimento dos operadores privados, visto que estes usufruem das infraestruturas do estado sem contrapartidas.

Por parte da melhoria de abastecimento da água destacaram-se, como solução, a instalação de painéis solares para alimentar as bombas de água, adoção de política de formação de novos quadros e investir em infraestruturas de análise e de controle da qualidade da água, a criação também de uma entidade de regulação. Urge também a melhoria de condições de serviços e aumentar a fiscalização.

No que tange ao sistema regulatório, o encontro permitiu consolidar a proposta de criação da comissão Ad-hoc para uma fase transitória da criação da Autoridade Reguladora do Setor Elétrico, essencial para garantir um mercado mais eficiente e transparente.

A criação de uma entidade reguladora independente também foi discutida, incluindo a separação dos setores de eletricidade e água, a estruturação de suas competências e a escolha de um nome para a autoridade responsável. A definição de um roteiro para a implementação do novo sistema regulatório foi um dos principais resultados alcançados (ver em anexo), incluindo recomendações sobre adoção de normas técnicas para instalações elétricas e a estruturação de mecanismos de fiscalização e certificação profissional.

Um outro assunto que marcou o retiro foi a flutuação tarifária e injustiça social verificada sobretudo nas zonas rurais.

A aprovação de um guia de procedimentos para instalações elétricas, categorizando as e padronizando os critérios técnicos e administrativos para novos projetos, foi um dos sucessos do retiro. Esse documento servirá como base para garantir maior segurança e eficiência na expansão da rede elétrica, especialmente nas áreas rurais.

Além disso, o Plano de Ação e Orçamento da EAGB para 2025 (em anexo) foi revisto e discutido, incorporando medidas para fortalecer a sustentabilidade financeira da empresa e delinear um plano de expansão da rede elétrica nacional. Contudo, defende-se que a expansão da EAGB deve ser um processo transitório bem delineado com atuais desafios para mitigar quaisquer riscos de insustentabilidade.

A necessidade de diversificação da matriz energética, com investimentos em energias renováveis, como a solar, hidroelétrica e eólica, também foi amplamente discutida, reforçando o compromisso com um setor mais sustentável. A política da matriz energética deve, primeiro, definir linhas gerais da política energética no seu todo e definir uma visão clara de longo prazo. Existiram ainda críticas relativas à falta de coordenação institucional, sobretudo ausência total da sinergias necessárias entre os atores que intervêm no setor. Referindo-se uma coordenação que visa uma participação alargada dos atores, sobretudo nos fóruns de concertação.

Por fim, o retiro possibilitou um fortalecimento da cooperação entre o Ministério da Energia, a EAGB e os parceiros técnicos e financeiros, garantindo um ambiente mais propício para a implementação das reformas propostas. Com a sinergia criada, a Guiné-Bissau dá um passo importante rumo a um sistema elétrico mais eficiente, acessível e sustentável, promovendo o desenvolvimento socioeconómico do país.

É extremamente importante salientar que a sessão de trabalho teve como foco, no segundo dia, a análise e desenvolvimento do sistema regulatório do setor elétrico. Foram identificadas lacunas normativas, incluindo a falta de regulamentos essenciais para a segurança e funcionamento da rede elétrica, como:

- Regulamento de Segurança para redes de Baixa, Média e Alta Tensão;
- Normas Técnicas e de Segurança para instalações elétricas;

- Regulamentação do acesso à rede para produtores independentes e comunidades de energia;
- Regulamento Tarifário e Mercado de Energia;
- Regras para acesso à energia fora da rede (mini-redes e sistemas solares domésticos).

Portanto, foi proposta um Plano de Ação e Estratégias que visam reforçar os instrumentos da política nacional de energia e do sistema regulatório.

Por fim, as apresentações feitas por parte da RELOP e do Assessor jurídico, que proporcionou um debate catalisador, permitiram conhecer um pouco da experiência dos países lusófonos, assim como da CEDEAO. Por isso, recomenda-se a mobilização de parcerias com organizações internacionais, países parceiros para apoio técnico e jurídico.

De seguida, destacam-se **as ações futuras** cujo o desenvolvimento e implementação deve de ser foco tanto por parte do ME como da EAGB:

- Desenvolvimento da Política Nacional de Energia;
- Criação da Agência Nacional de Eletrificação Rural e Autoridade Reguladora;
- Elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento de longo prazo 2040 e um Plano Nacional de Eletrificação Rural;
- Revisão do quadro regulatório do setor, incluindo normas técnicas e segurança da rede;
- Estabelecimento de estratégias para atração do setor privado e investimentos em energia elétrica.
- Implementação urgente de um plano de ação para a melhoria das infraestruturas hídricas.
- Investimentos na capacitação técnica dos funcionários.

- Aquisição de ferramentas e produtos para garantir uma distribuição de água adequada e segura.
- Elaboração de estratégias para a manutenção preventiva das instalações.

Pontos de Ação e Deligências Pós Retiro

Por parte da EAGB

- ✓ Listar os principais problemas e propor métodos de mitigação;
- ✓ Categorizar os problemas conforme prioridade: Baixo, Médio e Alto;
- ✓ Mapear os custos e definir os prazos de intervenção.

Por parte da ME

- ✓ Elaborar um termo de compromisso pós-retiro;
- ✓ Reforçar serviços de fiscalização e inspeção;
- ✓ Reforçar as reuniões de coordenação;
- ✓ Dar seguimento ao roteiro do plano de melhoramento do sistema regulatório e da criação da entidade reguladora da eletricidade, solicitando o apoio dos parceiros de cooperação
- ✓ Estabelecer um canal de comunicação ME-Consumidor;
- ✓ Reformar os serviços dos delegados regionais;
- ✓ Alargar a equipa de participação no forum de concertação a nível do ministério.

ENCERAMENTO DO RETIRO

No encerramento, destacaram-se a importância do diálogo inclusivo, respeito dos procedimentos normais exigidos pelos processos e da cooperação institucional para alcançar soluções mais viáveis para o setor. O coordenador do evento teceu as principais conclusões que reafirmam os compromissos de:

- ✓ Melhoria da gestão institucional e financeira da EAGB;
- ✓ Reforço da capacidade técnica e formação;

- ✓ Criação da Autoridade Reguladora do Setor Elétrico;
- ✓ Desenvolvimento de regulamentos e diplomas;
- ✓ Implementação do guia de procedimentos para instalações elétricas;
- ✓ Expansão do acesso à eletricidade nas regiões rurais.

O evento foi encerrado com o discurso da S.E. Ministro da Energia, que reforçou a necessidade de ação contínua e implementação das medidas acordadas. O retiro termina com um compromisso profissional e de boa colaboração das partes envolvidas.

ANEXOS: DOCUMENTOS DO RETIRO

Todas as apresentações visitar clique [AQUI](#) ou



Scan-me